

Cronologia

Uma Europa para todos

Alfredo Sousa de Jesus





Cronologia

Uma Europa para todos

Alfredo Sousa de Jesus



Textos Originais

Alfredo Sousa de Jesus

Carlos Coelho

Assessoria 1ª Edição

Duarte Marques

Paulo Colaço

Assessoria 2ª Edição

Pedro Paulos e Cruz

Assessoria 3ª Edição

Pedro Paulos e Cruz

Fernando Vaz das Neves

André Machado

Produção

GEPSPD - Grupo Europeu do PSD

Impressão

Cadavalgráfica

Tiragem

10.000 exemplares

Capa e Paginação

Julio Pisa

Março 2015

Edição Apoiada pelo



CRONOLOGIA DA EUROPA

50 Anos

MARÇO | 2015

As Instituições, como tudo o que é obra do Homem, têm uma História: têm um princípio (com motivações e causas), têm um meio (com crises, evoluções e acontecimentos diversos) e terão um fim, porque tudo na vida tem um fim.



Não é possível compreender a União que hoje temos sem olhar para a sua História e perceber a sua evolução.

Esta Cronologia é uma forma simples de ilustrar o que de mais relevante ocorreu nesta construção de 6 fundadores a que Portugal aderiu em 1985, que hoje já conta 28 Estados-Membros.

É mais uma iniciativa singela do GEPSD para aumentar a informação sobre a nossa Europa comum: Uma Europa para todos¹.

¹ Veja também os seguintes sites:

www.psdeuropa.eu

www.carloscoelho.eu

www.claudiamonteirodeaguiar.eu

www.fernandoruas.pt

www.josemanuelfernandes.eu

www.sofiaribeiro.eu



■ 1946

Na Universidade de Zurique, no seu reconhecido *"discurso à juventude académica"* Winston Churchill apela à criação duma *"espécie de Estados Unidos da Europa"*.

■ 1947

Os Estados Unidos criam o *Plano Marshall* para a recuperação económica da Europa.



■ 1948

Convenção Aduaneira entre a Bélgica, o Luxemburgo e os Países Baixos - BENELUX.

Tratado da União Ocidental pela Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido - UEO.

Criação da Organização de Cooperação Económica Europeia - OECE - para coordenar o Plano Marshall (13,3

biliões de dólares para 4 anos).

Em Haia (Países Baixos), o Congresso Europeu, presidido por Winston Churchill, recomenda a criação de uma Assembleia deliberativa europeia e de um Conselho Europeu. Preconiza ainda a adopção de uma Carta dos Direitos do Homem e a criação de um Tribunal de Justiça com vista a assegurar a sua aplicação.



■ 1949

A França, o Reino Unido e os países do Benelux decidem instituir um Conselho da Europa.

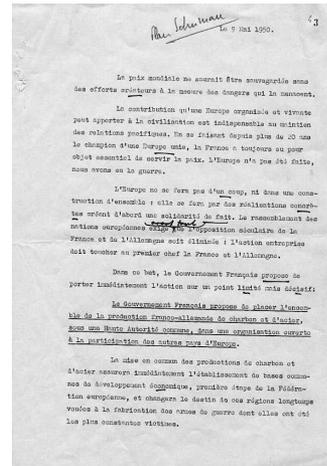
Assinatura do Tratado do Atlântico Norte em Washington que dá origem à NATO.

■ 1950

Robert Schuman, Ministro francês dos Negócios Estrangeiros propõe que a França e a Alemanha congreguem os seus recursos do carvão e do aço (*"Declaração Schuman"*), de forma a tornar a guerra entre estes dois Países *"não só impensável, mas materialmente impossível"*.

A Bélgica, a França, o Luxemburgo, a Itália, os Países Baixos, e a Alemanha subscrevem a Declaração Schuman.

Assinatura em Roma (Itália) da Convenção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.



■ 1951

Reunião em Paris (França) com vista à criação de uma Comunidade Europeia de Defesa.

Tratado de Paris que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - **CECA** - assinado pela **Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos**.



■ 1952

Tratado da Comunidade Europeia de Defesa - CED - assinado pela Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

Jean Monnet é nomeado Presidente da Alta Autoridade e Paul-Henri Spaak, Presidente da Assembleia Comum.

■ 1953

O imposto CECA, o primeiro imposto europeu, entra em vigor.

Os Seis Estados fundadores suprimem os impostos aduaneiros e as restituições quantitativas relativamente às matérias-primas do carvão e do aço.

Paul-Henri Spaak apresenta um projecto de Tratado que institui uma Comunidade Europeia de carácter político com o objectivo da salvaguarda dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, a segurança dos Estados-Membros contra quaisquer agressões e a coordenação das suas políticas externas, bem como o estabelecimento progressivo de um mercado comum. O projecto de Tratado prevê a criação de cinco instituições: um Conselho Europeu executivo, um Parlamento com duas câmaras, um Conselho de Ministros nacionais, um Tribunal de Justiça e um Comité Económico e Social.



■ 1954

Alcide de Gasperi é eleito Presidente da Assembleia Parlamentar Europeia.

A Assembleia Nacional francesa rejeita o Tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa - CED.

Jean Monnet, Presidente da Alta Autoridade da CECA, apresenta a sua demissão após o fracasso da Política Comum de Defesa - CED.

O Tribunal de Justiça profere a primeira sentença, inaugurando o sistema contencioso e judicial da comunidade.



■ 1955

Conferência de Messina (Itália) - Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 6 Estados assinam acordo com objectivo de integração económica.

O Conselho de Ministros do Conselho da Europa adopta como insígnia a bandeira azul com doze estrelas douradas.

■ 1956

Paul-Henri Spaak, Ministro belga dos Negócios Estrangeiros, apresenta um relatório sobre os projectos de Tratados das Comunidades, que prevê a criação da CEE e do Euratom.



■ 1957

Os Tratados que instituem a Comunidade Económica Europeia - **CEE** e a Comunidade Europeia da Energia Atómica - Euratom, conhecidos actualmente por "*Tratados de Roma*", foram assinados em Roma pelos 6 Estados (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos).



■ 1958

A CEE e a Comunidade EURATOM são instaladas em Bruxelas. A Assembleia Parlamentar e o Tribunal de Justiça são comuns às três Comunidades.

Walter Hallstein é eleito Presidente da Comissão da CEE.

Os Seis decidem criar o Comité de Representantes Permanentes (COREPER) para preparar o trabalho dos Conselhos.

Realiza-se em Estrasburgo (França) a sessão que institui a Assembleia Parlamentar Europeia. Robert Schuman é eleito Presidente da Assembleia. Esta Assembleia deverá substituir a da CECA.

Publicação do primeiro Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

Conferência em Stresa (Itália) lança as bases de uma política agrícola comum - **PAC**.

■ 1959

O Banco Europeu de Investimento - BEI concede os seus primeiros empréstimos.



■ 1960

Assinatura, em Estocolmo (Suécia), da Convenção que institui a Associação Europeia de Comércio Livre - **EFTA**.

Criação do Fundo Social Europeu - **FSE** - com objectivo promover o emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na Comunidade.

Assinatura, em Bruxelas (Bélgica), da Convenção que institui a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea - **Eurocontrol**.

A Organização Europeia de Cooperação Económica - **OECE** passa a constituir a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico - **OCDE**.



■ 1961

Cimeira Europeia em Bona (Alemanha) durante a qual os “Seis” exprimem a sua vontade de criar uma união política.

A Irlanda, a Dinamarca e o Reino Unido apresentam o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias.

Entrada em vigor do primeiro regulamento relativo à livre circulação dos trabalhadores.

■ 1962

Primeiros Regulamentos relativos à Política Agrícola Comum - PAC instituída com a finalidade de estabelecer um Mercado Único dos produtos agrícolas e de promover a solidariedade financeira através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - **FEOGA**.

A Assembleia Parlamentar decide passar a designar-se por Parlamento Europeu.

A Noruega apresenta o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias.



■ 1963

O General de Gaulle, Presidente da República Francesa, declara que a França duvida da vontade política do Reino Unido no que respeita à adesão à Comunidade. São suspensas as negociações com todos os países candidatos.

Assinatura, em laundé (Camarões) da Convenção de laundé, um acordo de associação entre a Comunidade e 17 países africanos e Madagáscar.



■ 1964

Negociações multilaterais do Kennedy Round no âmbito do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio - GATT.

Entrada em vigor do tratado de associação assinado entre a CEE e a Turquia.

Propostas de financiamento da Política Agrícola Comum - PAC.

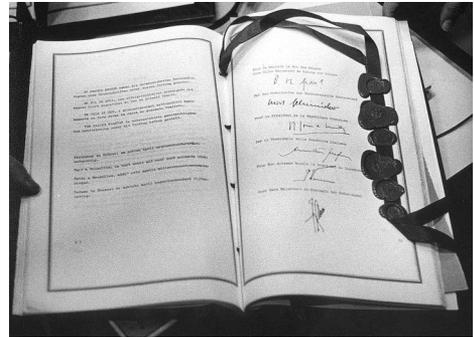
O Acórdão *Costa/ENEL*, do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, configura o princípio do primado do direito comunitário sobre o direito nacional. Este princípio será reforçado no acórdão *Simmenthal*, em 1978.

■ 1965

Assinatura em Bruxelas (Bélgica) do **Tratado de fusão** dos executivos das três Comunidades (CECA, CEE, Euratom).

Memorando sobre o financiamento da PAC e sobre os recursos próprios da Comunidade.

Política da *Cadeira Vazia*: a França rompe as negociações sobre o financiamento da Política Agrícola Comum - PAC. O Governo francês deixa de participar nas reuniões do Conselho.



■ 1966

Compromisso do Luxemburgo: após ter praticado a política da "cadeira vazia", a França retoma o seu lugar nas reuniões em troca da manutenção da votação por unanimidade sempre que estejam em causa interesses vitais.



■ 1967

Harmonização dos impostos indirectos na Comunidade e adopção do princípio do sistema do imposto sobre o valor acrescentado - IVA.

O Reino Unido apresenta um novo pedido de adesão à Comunidade. A Irlanda, a Dinamarca e a Noruega apresentam igualmente os respectivos pedidos de adesão. O General de Gaulle continua a manifestar reticências relativamente à adesão do Reino Unido.

A Comissão Europeia assina a Acta final das negociações multilaterais do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) (Kennedy Round).

Entrada em vigor do Tratado de fusão dos executivos das três Comunidades (CECA, CEE, Euratom). As Comunidades Europeias passam, assim, a dispor de uma Comissão única e de um Conselho único, mas estas duas instituições continuam a actuar em conformidade com as regras de cada uma das Comunidades.

■ 1968

A França e Itália assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Entrada em vigor da União Aduaneira. É introduzida a Pauta Aduaneira Comum, que substitui os direitos aduaneiros nacionais aplicáveis ao comércio com o resto do mundo.



■ 1969

O Luxemburgo e Países Baixos assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Memorando sobre a substituição das contribuições dos Estados-Membros pelo sistema de recursos próprios das Comunidades e sobre o reforço dos poderes orçamentais do Parlamento Europeu.

Assinatura da segunda Convenção de laundé (Camarões): um acordo de associação entre a Comunidade e 17 países africanos e Madagáscar. Decisão que dota a Comunidade dos instrumentos necessários para promover uma política de desenvolvimento regional.



■ 1970

A Bélgica e a Alemanha assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Memorando sobre a elaboração de um plano para a criação da União Económica e Monetária.

Assinatura do **Tratado do Luxemburgo** que introduz um sistema de recursos próprios no quadro do qual a Comunidade receberá todos os direitos aduaneiros sobre produtos importados de Estados terceiros, todas as imposições sobre as importações de produtos agrícolas e recursos resultantes do imposto sobre o valor acrescentado. Decidiu igualmente alargar as competências do Parlamento Europeu em matéria orçamental.

Abertura das negociações com os quatro candidatos à adesão (Dinamarca, Irlanda, Noruega e Reino Unido).

Os Estados-Membros aprovam o *Relatório Davignon* sobre a cooperação política com objectivo de fazer com que a Europa fale a uma só voz na cena internacional.

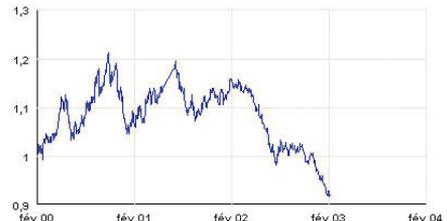
Reforma do Fundo Social Europeu (FSE) no sentido de dotar a Comunidade com um instrumento adequado para assegurar a correlação entre a política social e as outras políticas comunitárias.

■ 1971

A França e a Itália assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Plano Werner: reforça a coordenação das políticas económicas. Os Estados-Membros devem adoptar medidas para harmonizar as respectivas políticas orçamentais e para reduzir as margens de flutuação entre as suas divisas.

Historique du taux de change





■ 1972

O Luxemburgo e os Países Baixos assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Criação do mecanismo da “*serpente*” monetária: os Seis concordam em limitar a margem de flutuação entre as suas divisas para 2,25%.

O Fundo Social Europeu - **FSE** torna-se operacional.

Cimeira Europeia em Paris (França) define novos domínios de acção comunitária (políticas regional, ambiental, social, energética e industrial) e reafirmam que o ano de 1980 constitui o prazo final para a realização da *União Económica e Monetária*.

Referendo na Irlanda e na Dinamarca sobre a adesão às Comunidades Europeias. Votação maioritária A FAVOR da adesão.

Referendo na Noruega sobre a adesão às Comunidades Europeias. Votação maioritária CONTRA a adesão.

■ 1973

A Bélgica e a Dinamarca assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Adesão da **Dinamarca**, da **Irlanda** e do **Reino Unido** às Comunidades Europeias.

Entrada em vigor do Acordo de Comércio Livre com a Áustria, Suíça, Portugal, Suécia, Noruega e Islândia.

Crise do Petróleo - Os países produtores de petróleo decidem reduzir ou proibir as exportações para alguns países ocidentais e a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) decide aumentar substancialmente os preços do petróleo.





■ 1974

A Alemanha e a França assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Declaração sobre a nova política do governo inglês em relação à Comunidade. Apela para alterações importantes da Política Agrícola Comum (PAC), para "*métodos mais equitativos de financiamento do orçamento comunitário*" e para soluções dos problemas monetários.

Realização de uma Conferência ministerial conjunta UE - Estados de África, Caraíbas e Pacífico - ACP em Kingston (Jamaica).

Cimeira Europeia em Paris (França) decide realizar reuniões três vezes por ano, passando a designar-se **Conselho Europeu**, dão luz verde para **eleições directas para o Parlamento Europeu** e resolvem criar a União Económica e Monetária.

■ 1975

A Irlanda e a Itália assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias

A Comunidade e os 46 países de África, das Caraíbas e do Pacífico - ACP assinam em Lomé (Togo), uma Convenção, conhecida como **Lomé I**, para substituir as Convenções de laundé.

O Conselho cria o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - **FEDER** e adopta uma unidade de conta europeia baseada num "cabaz" composto por moedas comunitárias.

Os resultados do referendo britânico revelam que 67,2% dos votantes estão a favor de que o Reino Unido se mantenha um país membro da Comunidade.

A Grécia apresenta a sua candidatura para se tornar país membro das Comunidades Europeias.

Atribuição de mais amplos poderes orçamentais ao Parlamento Europeu e instituição do **Tribunal de Contas**.

Cimeira de Rambouillet (França) sublinha a necessidade urgente de recuperação económica nos países industrializados e expressa a vontade de intensificar a cooperação internacional.





■ 1976

O Luxemburgo e os Países Baixos assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

O Parlamento rejeita uma moção de censura apresentada contra a Comissão Europeia.

Abertura formal das negociações de adesão da Grécia à Comunidade.

O Conselho decide que os Estados Membros ampliem os limites das zonas de pesca para as 200 milhas nas suas costas do Mar do Norte e do Atlântico Norte a partir de 1 de Janeiro de 1977. Esta decisão marca o início da Política Comum das Pescas - PCP.

■ 1977

O Reino Unido e a Bélgica assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Tomada de posse da Comissão Europeia presidida por Roy Jenkins.

Assinatura de um acordo da cooperação com três países do Machreque (Egipto, Jordânia e Síria) na sequência da assinatura dos acordos com os países do Magrebe (Argélia, Marrocos, Tunísia).

Reunião inaugural, no Luxemburgo, do Tribunal de Contas das Comunidades Europeias.

Portugal e Espanha apresentam as suas candidaturas oficiais para se tornarem países membros das Comunidades Europeias.





■ 1978

A Dinamarca e a Alemanha assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Entrada em vigor da *Convenção de Barcelona* sobre a Protecção do Mediterrâneo.

A Comissão Europeia adopta um parecer favorável sobre a candidatura de adesão de Portugal e de Espanha.

O Conselho aprova a candidatura de Portugal para se tornar país membro da Comunidade e a abertura das respectivas negociações.

Conselho Europeu em Bruxelas (Bélgica) cria o *Sistema Monetário Europeu*, assente numa unidade monetária europeia (ECU).

■ 1979

A França e a Irlanda assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

As negociações de adesão da Espanha são formalmente iniciadas em Bruxelas.

O Conselho adopta as directrizes para a política regional comunitária.

O Conselho Europeu, que se realiza em Paris (França) determina a data de entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu (SME).

Memorando sobre a adesão das Comunidades Europeias à Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Realizam-se as primeiras eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio universal directo.

É assinada em Lomé (Togo) a segundo Convenção ACP- CEE (Lomé II).

Realiza-se em Estrasburgo (França), a **primeira sessão do Parlamento directamente eleito pelos cidadãos**. Simone Veil é eleita Presidente.





■ 1980

A Itália e o Luxemburgo assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

O Conselho alcança um compromisso no que respeita à contribuição do Reino Unido para o orçamento da Comunidade.

Entra em vigor o acordo de cooperação CEE-ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

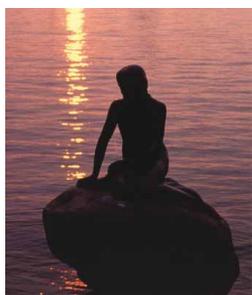
■ 1981

Os Países Baixos e o Reino Unido assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

A **Grécia** torna-se o 10º Estado-Membro da Comunidade Europeia.

O Conselho Europeu reúne-se em Maastricht. A discussão centra-se, fundamentalmente, nas perspectivas sociais e económicas.

A França e a República Federal da Alemanha apresentam o Plano Genscher-Colombo, um projecto relativo ao Acto Europeu que visa a melhoria dos mecanismos institucionais.



■ 1982

A Bélgica e a Dinamarca assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Num referendo consultivo, a Gronelândia, que se tinha tornado membro das Comunidades Europeias enquanto parte da Dinamarca, opta pela saída.

A Espanha torna-se o 16º membro da Organização do Tratado do Atlântico.

O Conselho Europeu reúne-se em *Copenhaga*. Define alguns objectivos prioritários nos domínios económico e social e reafirma o seu compromisso político em prol do *alargamento*.



■ 1983

A Alemanha e a Grécia assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

A Comissão Europeia apresenta um Livro Verde sobre o futuro financiamento da Comunidade.

Realiza-se a primeira reunião conjunta entre os ministros do Emprego e Assuntos Sociais e os ministros da Educação.

O Conselho Europeu reúne-se em Atenas, debate o futuro financiamento da Comissão, os desequilíbrios orçamentais, a adaptação da Política Agrícola Comum (PAC), o reforço dos Fundos Estruturais e o desenvolvimento de novas políticas comunitárias.

Comemoração do **primeiro Ano Europeu**, dedicado às PME e ao Artesanato.

■ 1984

A França e a Irlanda assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Realizam-se as segundas eleições para o Parlamento Europeu por sufrágio universal e directo.

O Conselho e os representantes dos Estados-Membros adoptam uma resolução relativa à redução dos controlos fronteiriços de pessoas.

O Conselho Europeu reúne-se em Fontainebleau (França). Os Dez chegam a acordo sobre o montante da compensação a atribuir ao Reino Unido, de forma a reduzir a sua contribuição para o orçamento da Comunidade.

O Conselho Europeu, reunido em Dublin, decide reforçar o sistema monetário europeu e dar ao ECU um papel de maior relevo.





■ 1985

A Itália e o Luxemburgo assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

A maioria dos Estados-Membros emite, pela primeira vez, o *passaporte europeu*.

A nova Comissão, presidida pelo francês Jacques

Delors, entra em funções.

Assinatura dos actos relativos à adesão de Espanha e de Portugal.

A Comissão apresenta ao Conselho um Livro Branco sobre a realização do mercado interno.

Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo e Países Baixos assinam, em Schengen (Luxemburgo), os Tratados de **Schengen** sobre a abolição das fronteiras internas.

A Comissão apresenta ao Conselho um Livro Verde sobre as perspectivas da Política Agrícola Comum.

Realiza-se a primeira reunião da Conferência Intergovernamental, com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Dez, de Espanha e de Portugal.

■ 1986

Os Países Baixos e o Reino Unido assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Portugal e Espanha aderem às Comunidades Europeias. Os primeiros Deputados portugueses ao Parlamento Europeu foram designados pela Assembleia da República. O Dr. Francisco Pinto Balsemão foi o cabeça de lista do PSD.



É assinado no Luxemburgo e em Haia o **Acto Único Europeu** que altera os Tratados de Roma.

A *bandeira europeia* adoptada pelas instituições comunitárias é hasteada pela primeira vez em frente ao edifício Berlaymont da Comissão Europeia, ao som do *hino europeu*.



■ 1987

A Bélgica e a Dinamarca assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

O Governo da Turquia apresenta o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias.

O Conselho Europeu reúne-se em Bruxelas e analisa os diferentes aspectos da Comunicação “Realizar o Acto Único: uma nova fronteira para a Europa”.

O Banco de Portugal assina o acordo de adesão ao *Sistema Monetário Europeu (SME)*.

Realizam-se, em Portugal, eleições intercalares para o Parlamento Europeu. O Dr. Pedro Santana Lopes foi o cabeça de lista do PSD.

■ 1988

A Alemanha e a Grécia assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Entra em vigor o acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a melhoria do progresso orçamental.



■ 1989

A Espanha e a França assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Jacques Delors apresenta o seu relatório sobre a união económica e monetária.

Nas eleições para o Parlamento Europeu o Dr. António Capucho foi o cabeça de lista do PSD.

A peseta entra no mecanismo de taxas de câmbio do sistema monetário europeu (SME) e a composição do ecu é adaptada na sequência da inclusão da peseta e do escudo.

A República da Áustria apresenta o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias.

Queda do **Muro de Berlim** e reunificação da Alemanha.



■ 1990

A Irlanda e a Itália assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

O Acordo de Schengen relativo à eliminação dos controlos fronteiriços é assinado pelos países do Benelux, França e Alemanha.

A CEE e os países da EFTA iniciam negociações formais relativas à criação do *Espaço Económico Europeu* - EEE.

Malta e Chipre apresentam o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias.

Reunificação da Alemanha, os "Länder" da antiga Alemanha de Leste passam a fazer parte da UE.

■ 1991

O Luxemburgo e Países Baixos assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

É inaugurado, em Londres (Reino Unido), o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (**BERD**).

A Comissão decide criar um *Serviço Europeu de Ajuda Humanitária*.



■ 1992

Portugal (pela primeira vez) e o Reino Unido assumem a presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

É assinado em Maastricht (Países Baixos) o **Tratado da União Europeia** pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e pelos Ministros das Finanças dos Estados-Membros.

Na **presidência portuguesa** o Primeiro Ministro é o Prof. Cavaco Silva, o Prof. João de Deus Pinheiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Dr. Vitor Martins, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

A Finlândia apresenta o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias.

O escudo entra no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, SME.

É assinado, no Porto (Portugal), o Acordo que cria o Espaço Económico Europeu, EEE.

A Suíça apresenta o seu pedido oficial de adesão às Comunidades Europeias. Consultados através de referendo, os cidadãos suíços rejeitam a ratificação do Acordo que cria o Espaço Económico Europeu.

Portugal ratifica o Tratado da União Europeia.

O Conselho Europeu, reunido em Edimburgo (Reino Unido) concede à Dinamarca as derrogações que lhe permitem submeter a ratificação do Tratado a um novo referendo.

Aprovação do pacote Delors II.



■ 1993

A Dinamarca e a Bélgica assumem a Presidência do Conselho das Comunidades Europeias.

Entrada em vigor do **Mercado Único**.

Em Bruxelas (Bélgica) iniciam-se as negociações com vista à adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia.

No Luxemburgo, iniciam-se as negociações com vista à adesão da Noruega.

Concluídos todos os processos de ratificação, o **Tratado da União Europeia** entra em vigor.



■ 1994

A Grécia e a Alemanha assumem a Presidência do Conselho da União Europeia.

Inicia-se a segunda fase da União Económica e Monetária.

Entra em vigor o acordo que cria o Espaço Económico Europeu - EEE.

O **Comité das Regiões**, instituído pelo Tratado da União Europeia, realiza a sua sessão inaugural.

Compromisso de Ioannina: fixa as regras da tomada de decisões por maioria qualificada na perspectiva do alargamento.

A Hungria e a Polónia apresentam o seu pedido oficial de adesão à União Europeia.

Realiza-se a primeira sessão do novo Parlamento Europeu em Estrasburgo. O Engº Eurico de Melo foi o cabeça de lista do PSD.

Jacques Santer é formalmente designado futuro Presidente da Comissão Europeia.

Realiza-se um referendo na Finlândia, Áustria e Suécia sobre a adesão do país à União Europeia. Votação maioritária a favor da adesão.

Realiza-se um referendo na Noruega sobre a adesão do país à União Europeia. Os cidadãos noruegueses rejeitam a adesão à União Europeia.

■ 1995

A França e Espanha assumem a Presidência do Conselho da União Europeia.

Adesão à União Europeia da **Áustria**, da **Finlândia** e da **Suécia**.

Entra em vigor o **Acordo de Schengen** entre a Bélgica, a França, a Alemanha, o Luxemburgo, os Países Baixos, Portugal e Espanha.



O Liechtenstein adere ao Espaço Económico Europeu.

A Roménia, Eslováquia, Letónia, Estónia e Lituânia apresentam o seu pedido oficial de adesão à União Europeia.

O finlandês J. M. Söderman é eleito **Provedor de Justiça** da União Europeia pelo Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros assinam a *Convenção Europol* em matéria de cooperação policial.

O Conselho Europeu reúne-se em Madrid (Espanha) e confirma que a introdução da moeda única ("**euro**") terá lugar em 1 de Janeiro de 1999.



■ 1996

A Itália e a Irlanda assumem a presidência do Conselho da União Europeia.

Entra em vigor a união aduaneira entre a UE e a Turquia.

A República Checa e a Eslovénia apresentam o seu pedido oficial de adesão à União Europeia.

O marco finlandês entra e a lira italiana volta a entrar no mecanismo de taxas de câmbio do SME.

A Dinamarca, a Finlândia e a Suécia assinam o Acordo de Schengen.

■ 1997



Os Países Baixos e o Luxemburgo assumem a Presidência do Conselho da União Europeia.

A Comissão Europeia adota um plano de acção para o Mercado Único.

O Conselho Europeu aprova o **Tratado de Amesterdão**, assim como diversas disposições que facilitam uma passagem sem incidentes para a terceira fase da União Económica e Monetária - UEM.

A Comissão apresenta a **Agenda 2000** "Para uma Europa reforçada e alargada", que inclui os seus pareceres sobre os pedidos de adesão de dez países da Europa Central.



■ 1998

O Reino Unido e a Áustria assumem a presidência do Conselho da União Europeia.

Abertura do processo de adesão à União Europeia dos dez países candidatos da Europa Central e Oriental e de Chipre.

Assinatura, em Nova Iorque, do **Protocolo de Quioto** sobre as alterações climáticas.

É instituído o **Banco Central Europeu**.

O Conselho, em reunião extraordinária, decide que onze Estados-Membros preenchem as condições necessárias para a adopção da *moeda única* em 1 de Janeiro de 1999.

O Conselho adopta as taxas de conversão fixas e irrevogáveis entre as moedas nacionais dos onze Estados-Membros participantes e o euro.

O Conselho Europeu reúne-se em Cardiff (Reino Unido). São enunciados os elementos essenciais da estratégia da União Europeia para prosseguir as reformas económicas a fim de promover o crescimento, a prosperidade, o emprego e a inserção social, são identificados os meios concretos que permitirão tornar a União mais próxima dos seus cidadãos.

■ 1999

A Alemanha e a Finlândia assumem a presidência do Conselho da União Europeia.

Lançamento oficial do euro. Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal adoptam o euro como moeda oficial.

Demissão colectiva da Comissão Europeia "Jacques Santer" na sequência do relatório do Comité de Peritos Independentes sobre as acusações relativas a fraude, má gestão e nepotismo na Comissão Europeia.

Nomeação de Romano Prodi como Presidente da Comissão Europeia.

Conselho Europeu extraordinário em Berlim chega a um acordo global sobre a Agenda 2000.

Entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.

Criação do Organismo Europeu de Luta Anti Fraude - OLAF.



O novo Parlamento Europeu realiza a sua primeira sessão em Estrasburgo e elege a francesa Nicole Fontaine para a presidência. O Dr. Pacheco Pereira foi o cabeça de lista do PSD.

Conselho Europeu Extraordinário de Tampere (Finlândia) chega a acordo sobre as orientações e prioridades políticas (o direito de asilo, a imigração, o acesso à justiça e a luta contra a criminalidade).

Realiza-se em Seattle (EUA) a reunião do "Millenium Round" da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta reunião, que tinha por objectivo lançar um novo ciclo de negociações comerciais, é encerrada sem acordo.

O Conselho Europeu reúne-se em Helsínquia (Finlândia). Decide abrir negociações de adesão com a Bulgária, a Eslováquia, a Letónia, a Lituânia, Malta e a Roménia, bem como reconhecer a Turquia como país candidato. Decide igualmente convocar para Fevereiro de 2000 uma Conferência Intergovernamental para a revisão dos Tratados.

■ 2000



PORTUGAL 2000

Portugal e França assumem a Presidência do Conselho da União Europeia.

Sessão de abertura, em Bruxelas (Bélgica), das conferências intergovernamentais de nível ministerial para as negociações de adesão de Malta, da Roménia, da Eslováquia, da Letónia, da Lituânia e da Bulgária.

Na **segunda presidência de Portugal** é Primeiro Ministro o Eng. António Guterres, o Dr. Jaime Gama é o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Dr. Seixas da Costa, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

No Conselho Europeu de Lisboa é adoptada a "*Estratégia de Lisboa*" com vista a tornar a UE na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo até 2010.

É iniciada em Bruxelas (Bélgica) a Conferência Intergovernamental sobre a reforma institucional.

As instituições europeias celebram o 50º aniversário da "*Declaração Schuman*".

No Conselho Europeu de Santa Maria da Feira (Portugal) são adoptadas as Orientações Gerais das Políticas Económicas dos Estados-Membros para o ano 2000.

Realiza-se na Dinamarca um referendo sobre o euro. A maioria rejeitou a adesão à moeda única europeia.



■ 2001

A Suécia e a Bélgica assumem a presidência do Conselho da União Europeia.

A Grécia torna-se o 12º membro da zona euro.

O Conselho Europeu de Nice (França) aprova um novo Tratado (Tratado de Nice).

Referendo na Irlanda – A população vota contra o Tratado de Nice.

Realiza-se em Doha (Qatar) a conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Conselho Europeu de Laeken (Bélgica) adopta uma declaração sobre o futuro da União, que abre caminho a uma grande reforma. É convocada uma *Convenção Europeia sobre o Futuro da Europa* para preparar a próxima conferência intergovernamental.

■ 2002

A Espanha e a Dinamarca assumem a Presidência do Conselho da União Europeia.

Primeiro dia da circulação das **moedas e notas de euro** na Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha: o euro passa a ser única moeda nos doze países participantes após o período de dupla circulação.



Pat Cox é eleito Presidente do Parlamento Europeu.

Sessão inaugural da Convenção sobre o Futuro da Europa em Bruxelas (Bélgica).

Lançamento de *GALILEO*, o sistema europeu de determinação da posição e de navegação por satélite.

A União Europeia ratifica o Protocolo de Quioto.

A Comissão Europeia recomenda a conclusão das negociações de adesão até ao final de 2002 com os seguintes países: Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia.

Num segundo referendo, os cidadãos irlandeses votam a favor do **Tratado de Nice**.

■ 2003

A Grécia e a Itália assumem a presidência do Conselho da União Europeia.

A UE e a NATO assinam um Pacto de Segurança em Atenas (Grécia).

Assinatura em Atenas (Grécia) do Tratado de Adesão de Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa à União Europeia.

O Conselho Europeu de Salónica (Grécia) recebe o projecto de Tratado Constitucional apresentado pela Convenção sobre o Futuro da Europa.

Realiza-se na Suécia um referendo sobre o euro. A maioria rejeitou a adesão à moeda única europeia.

Em Roma (Itália) a Conferência Intergovernamental - CIG - debate o Projecto de Tratado Constitucional.

Novo Presidente do Banco Central Europeu: Jean-Claude Trichet.





■ 2004

A Irlanda e a Holanda assumem a Presidência do Conselho da União Europeia;

Adesão de **Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa** à União Europeia: UE dos 25 Estados Membros.

O Parlamento Europeu inicia a sua 6ª legislatura sob a Presidência do Deputado espanhol Josep Borell. O Prof. João de Deus Pinheiro, que tinha sido o cabeça de lista da Coligação “Força Portugal”, assume a 1ª Vice-Presidência do Partido Popular Europeu (PPE), o maior partido no PE.

Assinatura em Roma (Itália) do **Tratado Constitucional** da União Europeia.

A Comissão Europeia entra em funções sob a Presidência do português, **José Manuel Durão Barroso**.

O ex-Primeiro Ministro holandês Wim Kok preside à avaliação da Estratégia de Lisboa apresentando um relatório que leva a Comissão Europeia a alterar as suas prioridades em prol do crescimento do emprego.

■ 2005

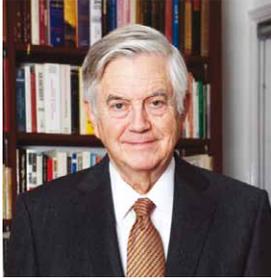
Luxemburgo e Reino Unido assumem a Presidência da União Europeia.

Entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

França e Países-Baixos rejeitam por referendo a *Constituição Europeia*.

Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo e Malta ratificam o Tratado Constitucional.





■ 2006

Áustria e Finlândia assumem a Presidência da União Europeia.

Parlamento Europeu cria a Comissão Temporária sobre a presumível utilização pela CIA de países europeus para o transporte e detenção ilegais de prisioneiros, presidida pelo Deputado Carlos Coelho.

Adopção das Perspectivas Financeiras (2007-2013).

Conselho decide a adesão da Eslovénia à Zona Euro.

Parlamento Europeu aprova a Directiva “*Bolkestein*”, nome do Comissário Europeu para o Mercado Interno, que cria a liberalização dos serviços no espaço da UE.

Domínio “.eu” acessível a todos os residentes na UE.

■ 2007

Alemanha e Portugal assumem a Presidência da União Europeia.

Adesão da Roménia e da Bulgária: a UE dos 27 Estados-Membros



Na **terceira presidência de Portugal**, é Primeiro-ministro o Engº José Sócrates, o Dr. Luís Amado é Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Dr. Manuel Lobo Antunes é Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Eslovénia torna-se o 13º membro da Zona Euro

Hans-Gert Poettering (PPE - Alemanha) é eleito Presidente do Parlamento Europeu

Reunião informal dos Chefes de Estado e de Governo, que aprovam em Berlim uma Declaração por ocasião do 50º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma.

Hans-Gert Pöttering, Presidente do Parlamento Europeu, José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e José Sócrates, Primeiro-Ministro português e Presidente em exercício da UE, assinam a **Carta Europeia dos Direitos Fundamentais**.

Primeira cimeira UE - Brasil em Lisboa.

Após a realização de Conferência Intergovernamental (CIG), realiza-se um Conselho Europeu no qual é aprovado o “**Tratado de Lisboa**”, assinado formalmente em Lisboa em Dezembro de 2007.

Gilles de Kerchove é nomeado o novo “*Coordenador Anti-Terrorismo da UE*”.

O Espaço Schengen é alargado, passando a incluir a Estónia, a República Checa, a Lituânia, a Hungria, a Letónia, Malta, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia.



■ 2008

Eslovénia e França assumem a Presidência da União Europeia.

Chipre e Malta tornam-se respectivamente 14º e 15º Estado-Membro da zona Euro.

Referendo na Irlanda rejeita o Tratado de Lisboa por 53,4% do eleitorado. Apesar desta rejeição, o Conselho Europeu decide continuar com o processo de ratificação do Tratado de Lisboa.

Lançamento da nova União para o Mediterrâneo, com projectos comuns para reforçar as relações entre a UE e os seus vizinhos do Sudeste do Mediterrâneo.

Presidência da UE negocia cessar-fogo no conflito militar entre a Geórgia e a Rússia.

Crise económica e financeira de grandes proporções abala a economia mundial.

Parlamento Europeu aprova o Pacote CLIM na luta contra as alterações climáticas.

A Suíça adere ao Espaço Schengen.



■ 2009

República Checa e Suécia assumem a Presidência da União Europeia.

Eslováquia torna-se o 16º Estado-Membro da zona Euro.

Eleições europeias (7ª legislatura) que elegem 736 deputados para o Parlamento Europeu, dos quais 22 em representação de Portugal. O PPE, Partido Popular Europeu, que integra o PSD e o CDS-PP, é novamente o maior partido do PE com 263 Deputados. O cabeça de lista do PSD foi o Dr. Paulo Rangel.

Jerzy Buzek (PPE - Polónia) é eleito Presidente do Parlamento Europeu.

Relatório «*de Larosière*» recomenda o reforço da supervisão financeira para evitar a repetição da crise.

Cimeira UE-EUA em Praga com o Presidente Obama para debater as consequências da crise financeira.

Islândia e Sérvia solicitam a adesão à UE.

Parlamento Europeu aprova (382 votos a favor, 219 contra e 17 abstenções) **José Manuel Barroso** para um segundo mandato de cinco anos como Presidente da Comissão Europeia.

Num segundo referendo, a Irlanda diz “sim” a 67.13% ao Tratado de Lisboa.

Tratado de Lisboa entra em vigor.

Conselho Europeu nomeia Herman Van Rompuy Presidente permanente do Conselho da UE e Catherine Ashton Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas.



■ 2010

Espanha e Bélgica assumem a Presidência da União Europeia.

A nova Comissão Europeia, Barroso II, é aprovada pelo PE por 488 votos a favor, 137 contra e 71 abstenções para um mandato até Outubro de 2014.

Vítor Constâncio é eleito Vice-Presidente do Banco Central Europeu.

Adopção da estratégia “*Europa 2020*” que fixa os objectivos da UE para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Ministros da zona euro adoptam o *Fundo Europeu de Estabilidade Financeira* (750 mil milhões €) para ajudar os Estados-Membros com dificuldades nos seus défices orçamentais.

Início das negociações de adesão da Islândia à UE .

■ 2011

Hungria e Polónia assumem a presidência rotativa do Conselho da UE

Estónia torna-se o 17.º membro da zona euro

Mario Draghi, antigo governador do Banco Central de Itália, torna-se o 3.º Presidente do Banco Central Europeu (BCE).

Entram em funcionamento 3 novas autoridades europeias de supervisão financeira: a Autoridade Bancária Europeia, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados



Entra em vigor o “**semestre europeu**”, um ciclo de 6 meses de coordenação das políticas económicas entre os países da UE com o objectivo de ajudar a prevenir crises económicas. A Comissão Europeia passará doravante a adoptar recomendações para cada um dos Estados-Membros da UE sobre os respectivos orçamentos e políticas económicas.

Estas duas reformas inserem-se num pacote legislativo (“six-pack”) que pretendeu melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros. Este pacote aprofundou as regras do **Pacto de Estabilidade e Crescimento** e reforçou a supervisão dos desequilíbrios macroeconómicos e as regras e enquadramentos orçamentais nacionais.

A UE lança os dois primeiros satélites Galileu, um sistema europeu de navegação por satélite.

Liechtenstein implementa o acordo Schengen, sendo o 26º Estado a aderir ao espaço.

Criada a Agência EU-LISA (Relatório de Carlos Coelho) para gerir o sistema SIS II (Sistema de informação de Schengen), VIS (Vistos) e EURODAC (Impressões Digitais de Requerentes de Asilo).



■ 2012

Dinamarca e Chipre assumem a presidência rotativa do Conselho da UE.

Guimarães (Portugal) é, com Maribor (Eslovénia), “*Capital Europeia da Cultura*”.

A meio do seu mandato (2009-2014), o PE elege o alemão socialista Martin Schulz como Presidente do Parlamento Europeu. Por seu lado, Herman Van Rompuy é reeleito Presidente do Conselho Europeu.

É aprovado o Pacto para o Crescimento e o Emprego (120 mil milhões de euros) para investimentos imediatos e são lançadas as bases de uma futura união bancária ao adoptarem a criação do “*Mecanismo Único de Supervisão*” (MUS) que autoriza o BCE a supervisionar directamente os grandes bancos da zona euro.

É assinado o Tratado que cria o **Mecanismo Europeu de Estabilidade** (MEE), instrumento para conceder empréstimos a Estados-Membros em situações de crise de financiamento.

A Sérvia adquire o estatuto de país candidato à UE.

Pela primeira vez, o PE rejeita um acordo comercial internacional, designadamente o Acordo Comercial Anticontrafacção com os Estados Unidos (**ACTA**).

A UE recebe, em Oslo, o **Prémio Nobel da Paz** em reconhecimento do seu contributo para a paz e a reconciliação, a democracia e os direitos humanos durante os últimos sessenta anos.

Entra em funcionamento a **Iniciativa de Cidadania Europeia**, conforme prevista no Tratado de Lisboa, que permite a um milhão de cidadãos, provenientes de pelo menos um quarto dos Estados-Membros, propor à Comissão Europeia a iniciativa legislativa em áreas da sua competência.



■ 2013

Irlanda e Lituânia assumem a presidência rotativa do Conselho da UE.

A 1 de Julho, a **Croácia** adere à UE, elevando o número total de Estados-Membros para 28. A UE passa doravante a ter 24 línguas oficiais.

Entra em vigor o Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na União Económica e Monetária (mais conhecido como "*Pacto orçamental*") que visa reforçar a disciplina orçamental na área do euro através da "*regra de equilíbrio orçamental*" e do mecanismo de correcção automática. São adoptados dois regulamentos da UE sobre a governação económica na área do euro (designados "**Two-Pack**"), a fim de reforçar o controlo das finanças públicas dos países, complementando o pacote "**Six Pack**" de 2011. Este último pacote duplo foca-se, sobretudo, na coordenação, depois do primeiro pacote definir o quadro de regras e requisitos. Em concreto, reforça a vertente correctiva do PEC, prevendo regras específicas para o procedimento relativo aos défices excessivos, ao tempo que clarifica as regras da supervisão reforçada nos países com dificuldades graves ao nível da sua estabilidade financeira.

O Eurogrupo nomeia um novo Presidente, o Ministro das Finanças neerlandês, Jeroen Dijsselbloem. Emily O'Reilly assume as funções de Provedora de Justiça Europeia.

Malala Yousafzai, estudante e activista paquistanesa defensora do direito à educação das raparigas, recebe o **Prémio Sakharov** para a Liberdade de Pensamento, que é atribuído todos os anos pelo Parlamento Europeu.

O Conselho adopta o **Quadro Financeiro Plurianual** para o período de 2014-2020, após mais de 2 anos de negociações, base orçamental para uma nova geração de programas da UE a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Ministros das finanças chegam a um acordo de princípio quanto à introdução de um imposto sobre as transacções financeiras em 11 países da zona euro.

Começa a funcionar o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (**Eurosur**), instrumento de combate à imigração ilegal e à criminalidade transfronteiriça.

O Conselho aprova a recomendação "*Garantia para a Juventude*", que visa combater o desemprego jovem e promover a formação e a aprendizagem dos jovens até aos 25 anos.

É aprovado o Programa **Erasmus +**, que reúne todas as iniciativas da UE em matéria de educação, juventude e desporto.

■ 2014

Grécia e Itália assumem a presidência rotativa do Conselho da UE.

A Letónia adopta o euro como moeda nacional, tornando-se o 18.º membro da zona euro.

Vítor da Silva Caldeira é reeleito Presidente do Tribunal de Contas Europeu.



PE adopta um pacote de medidas para lidar com bancos em sérias dificuldades, a fim de evitar que os custos de eventuais falências bancárias continuem a recair sobre os contribuintes. Trata-se do último elemento constituinte da União Bancária.

Eleições europeias (8ª legislatura): são eleitos 751 Deputados para o PE, dos quais 21 em representação de Portugal. A taxa de afluência às urnas é de 43,09%. O PPE, que integra o PSD e o CDS-PP, voltou a ser o partido europeu mais votado com 221 eleitos (29,4%), seguindo-se os socialistas S&D (191 eleitos – 25,4%), os conservadores ECR (70 eleitos – 9,3%), os liberais ALDE (67 eleitos – 8,9%), os comunistas GUE/NGL (52 eleitos – 6,9%), os Verdes EFA (50 eleitos – 6,6%), os euro-cépticos EFDD (48 eleitos – 6,4%) e os não-inscritos (52 eleitos – 6,9%).

Em Portugal, as eleições europeias são ganhas pelo PS que elege 8 Deputados (Francisco Assis, Maria João Rodrigues, Carlos Zorrinho, Elisa Ferreira, Ricardo Serrão Santos, Ana Gomes, Pedro Silva Pereira e Liliana Rodrigues), o PSD elegeu 6 Deputados (Paulo Rangel, Fernando Ruas, Cláudia Monteiro de Aguiar, Carlos Coelho, Sofia Ribeiro e José Manuel Fernandes), o PCP 3 Deputados (João Ferreira, Inês Zuber e Miguel Viegas), o MPT 2 Deputados (António Marinho e Pinto e José Inácio Faria), o CDS-PP 1 Deputado (Nuno Melo) e 1 do BE (Marisa Matias).

O PE reelege o alemão socialista Martin Schulz como Presidente do Parlamento Europeu.

No seguimento da vitória do PPE nas eleições europeias, o candidato PPE **Jean-Claude Juncker** (Luxemburgo) é eleito Presidente da Comissão Europeia. **Carlos Moedas** (Portugal) é designado Comissário europeu responsável pela Investigação, Ciência e Inovação. A Alta Representante responsável pela diplomacia europeia (Serviço Europeu de Acção Externa) é **Federica Mogherini** (Itália) e **Donald Tusk** (Polónia) Presidente do Conselho Europeu.

José Manuel Fernandes é eleito coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Orçamentos.



■ 2015

Letónia e Luxemburgo assumem a Presidência da União Europeia.

Lituânia torna-se o 19º Estado-Membro da Zona Euro.

Um ataque terrorista em França, à redacção do jornal satírico "*Charlie Hebdo*" e a um supermercado, mobiliza os cidadãos europeus em manifestações de apoio à liberdade de expressão e à tolerância religiosa. A UE discute, em todas as suas sedes de decisão política, estratégias de combate ao terrorismo e de reforço da segurança dos seus cidadãos.

José Manuel Fernandes, Eurodeputado do PSD é nomeado relator da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, denominado "Plano Juncker" e relator-geral do orçamento para 2016.





